

Substitutivo deverá manter o sistema parlamentarista

Janio de Freitas

E agora é que começa

A principal mensagem do presidente Sarney ao ministério, segundo os delineamentos mais recentes do Plano para a reunião ministerial de amanhã, não se refere mais à contenção de gastos do governo para deter o seu déficit, como foi anunciado quando da convocação dos ministros. A defesa do mandato de cinco anos com presidencialismo e a conciliação dos ministros a empenhar-se neste objetivo, ou deixar o governo, relegaram a plano secundário os energizantes prometidos pelo presidente para reanimar o Plano Bresser.

A mudança de pauta foi ditada pela inclusão do parlamentarismo no projeto de Constituição agora concluído e em vésperas de iniciar a fase decisiva da Constituinte. O projeto contempla Sarney com os cinco anos do seu desejo, mas, ao transferir a chefia de governo para um primeiro-ministro, retira-lhe metade do mínimo que ele exige. Mínimo porque, ao estabelecer como aceitáveis os cinco anos com presidencialismo, Sarney manobrava para aliviar o intenso desgasto do governo pelo acúmulo de inflação e escândalo da Ferrovia Norte-Sul. Passadas as aflições urgentes, o trabalho pelo mandato de seis anos foi retomado e, nas últimas semanas, submetido a forte aceleração.

No momento, as disposições sondáveis na Constituinte não se mostram favoráveis às pretensões de Sarney. Mas a inclusão incontestada dos cinco anos no projeto de Constituição prova que seus instrumentos são eficazes. E, para quem supunha que já tivessem chegado ao pleno uso, o presidente tem feito saber, através de interlocutores que saem do gabinete direto para os repórteres, que agora, sim, começa o seu investimento total no mandato e no presidencialismo.

A reunião de amanhã foi conside-

rada a primeira ocasião relevante, do tipo que ocupa manchetes e TV, depois daquela decisão. Seria desperdício não aproveitar para inauguração da nova ofensiva.

União fisiológica

O ministro Raphael de Almeida Magalhães não vai apenas prestar um depoimento, quando comparecer nesta manhã à Câmara dos Deputados, sobre sua gestão na Previdência Social. Vai enfrentar uma aliança que une o que há de mais fisiológico no PMDB e o PFL, ao que se acrescentaram direitistas em geral.

Esta é a frente dos que se opõem à reforma projetada para os serviços de atendimento médico, pela qual a Previdência centralizaria as verbas no poder municipal, limitando-se a fiscalizar sua utilização. Para os políticos fisiológicos, do gênero peemedebista e pefelista que explora a Baixada Fluminense, por exemplo, a reforma seria desastrosa.

Em recente conversa com Ulysses Guimarães, o senador Marco Maciel condicionou o fim da campanha contra Raphael ao arquivamento da reforma.

A frente fisiológica é apoiada pelo Planalto.

O decidido

Depois de uma semana de batalha na favela Santa Marta, já sob as câmeras de televisões estrangeiras, a decisão de Moreira Franco de acionar a polícia não foi de Moreira Franco —aquele que ia acabar com a criminalidade no Rio em cem dias de governo.

Já que quem devia não tomava uma decisão, tomou-a o Exército, mandando acionar de uma vez a PM.

O Exército considerou acintosa a exibição, na batalha, de armas ditas de seu uso exclusivo.

Da Sucursal de Brasília

É praticamente certa a manutenção do sistema parlamentarista de governo no substitutivo que o deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), centro (segundo levantamento realizado pela Folha e publicado no caderno "Os Eleitos", em 19 de janeiro), entrega hoje até as 17h ao presidente do Congresso constituinte, Ulysses Guimarães. Até o início da noite de ontem, Cabral, relator da Comissão de Sistematização, mantinha o mais absoluto sigilo sobre o substitutivo. Cabral e os relatores-adjuntos trabalharam durante a noite e a madrugada para concluir o texto. A única mudança importante deverá ser a exigência de maioria absoluta para a aprovação do nome do primeiro-ministro.

Cabral foi recebido na hora do almoço, no Palácio da Alvorada, pelo presidente José Sarney, que estava acompanhado do ministro-chefe do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto. "Depois da conversa com o presidente Sarney, não houve retrocesso, mas o assunto voltou ao debate", disse o senador José Ignácio Ferreira (PMDB-ES), um dos relatores-adjuntos.

Sarney está fazendo contatos com parlamentares, inclusive por telefone, para discutir a proposta de sistema de governo da nova Constituinte. "Vamos deixar de hipocrisia. É legítimo que o governo lute por seus pontos de vista", disse Costa Couto, defendendo a atitude do presi-



dente da República. Ele negou, porém, que Sarney esteja "cobrando fidelidade" da Aliança Democrática à proposta presidencialista. "A alternativa é o diálogo, o entendimento e até a persuasão. Mesmo porque é dever do presidente em exercício fazer isso", afirmou.

Desaparecimento

Cabral e o senador Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP), centro-esquerda, outro dos relatores-adjuntos, saíram às pressas, às 18h, de uma reunião na sede do Sistema de Processamento de Dados do Senado (Prodasen), evitando contatos com os jornalistas. Cabral disse apenas que iria se encontrar com Ulysses Guimarães. Não foram ao gabinete do presidente do Congresso constituinte. As 21h20, o filho do deputado Bernardo Cabral disse que seu pai

estava no Palácio da Alvorada. As 21h50, Cardoso e Cabral saíram do Alvorada e não quiseram falar à imprensa.

Baseando-se numa emenda do senador Afonso Arinos (PFL-RJ), centro-direita, Cabral optou por um sistema parlamentarista, onde o primeiro-ministro é indicado pelo presidente e tem seu nome aprovado pelo Congresso Nacional. Afonso Arinos sugeria que a aprovação fosse pela maioria simples dos membros, mas Cabral optou pela maioria absoluta (metade dos integrantes do Congresso mais um).

"A maioria absoluta dificultaria a aprovação", disse o jurista Miguel Reale Jr., assessor de Ulysses Guimarães, acrescentando que está se pensando em estabelecer "um processo intermediário". Um terceiro mecanismo possível, segundo Reale,

seria estabelecer a necessidade da maioria absoluta para rejeitar o nome do primeiro-ministro.

Uma reunião entre Cabral e os líderes partidários foi convocada para a manhã de hoje, mas poderá ser suspensa caso os relatores não terminem o substitutivo. Uma segunda rodada de negociações foi marcada com o presidente nacional do PFL, senador Marco Maciel, e com os líderes do PFL no Congresso constituinte, para a tarde. Nestas reuniões, Cabral obterá uma definição final para "Reforma Agrária" e "Anistia".

Embora tenha dito antontem que a "Reforma Agrária" era um ponto resolvido no substitutivo, Cabral ainda discutiu o assunto na tarde de ontem. Segundo o advogado Vicente Caccione, amigo e assessor de Cabral, estudava-se a possibilidade de uma reforma agrária se restringir a 2/3 das propriedades rurais desapropriadas. O terceiro restante ficaria assegurado ao desapropriado, que teria primazia na escolha da área.

Os outros relatores-adjuntos não confirmavam, porém, esta proposta. Mas José Ignácio Ferreira disse que o assunto ainda não havia alcançado uma solução consensual entre os diversos grupos do Congresso constituinte.

Segundo os relatores-adjuntos, a definição do conceito de "anistia" a ser adotado na nova Constituição também estava indefinido até o final da tarde. Para solucionar o problema da falsificação das cassações efetuadas em 1969, Cabral poderia introduzir em seu texto um dispositivo possibilitando o recurso no Supremo Tribunal Federal para revisão dos casos.

Parlamentarismo perde força, diz Luiz Henrique

Do enviado especial a Brasília

O líder do PMDB na Câmara, deputado Luiz Henrique da Silveira (SC), 47, centro-esquerda, alinhava ontem, informalmente, um cálculo demonstrando pela primeira vez o decréscimo dos partidários do parlamentarismo no Congresso constituinte. Segundo ele, a opção por essa forma de governo contaria hoje com o apoio de apenas 120 dos 304 peemedebistas, setenta dos 133 integrantes do PFL e um número impreciso de representantes de partidos menores.

Suas contas são aproximativas e de certa maneira precoces, na medida em que ainda não refletem as relações às mais que prováveis pressões do Palácio do Planalto para que se mantenha o atual regime. O presidente José Sarney e seus assessores têm evitado pressionar o relator da Comissão de Sistematização, Bernardo Cabral (PMDB-AM), centro, e seus sub-relatores, que hoje divulgam um segundo projeto de Constituição pelo qual o presidencia-

Funaro aceita ser candidato se o PMDB indicar

Da Sucursal de Porto Alegre

O ex-ministro da Fazenda Dilson Funaro admitiu ontem, em Porto Alegre (RS), sua candidatura à Presidência da República, desde que seja indicado pelo PMDB. "Há dois tipos de candidatos: os que se oferecem e os que são escolhidos. Eu nunca me ofereci e, se for indicado, aceito discutir", disse ele, às 15h30, em entrevista na Federação das Indústrias do Rio Grande do Sul.

Funaro afirmou que o mais importante no momento é a definição do mandato presidencial e da forma de governo. "O presidencialismo ainda é o sistema de governo que deveríamos adotar por algum tempo. A discussão é importante porque temos de criar instituições que permitam a solução das crises futuras."

Momentos antes, na palestra que fez a cerca de quatrocentos empresá-

rios, Funaro negou que sua peregrinação pelo país tenha o objetivo de preparar sua campanha à Presidência. "Desde que deixei o ministério, me propus a debater a economia nacional com a sociedade, pois ninguém é o dono da verdade", disse.

Perguntado se sua saúde suportaria as exigências de uma campanha à Presidência, em função de ser portador de câncer, Dilson Funaro afirmou que se sente "bem".

Decurso de prazo deverá ser retirado da reforma agrária

Da Sucursal de Brasília

O senador José Ignácio Ferreira, relator-adjunto da Comissão de Sistematização, disse ontem que o texto básico sobre a reforma agrária, que constará do anteprojeto de Constituição do relator Bernardo Cabral, prevê que, uma vez desapropriada a terra, seja qual for a decisão judicial —favorável ou desfavorável— a imissão do Estado na posse será imediata. No primeiro caso a indenização será em títulos da dívida agrária; no segundo, em dinheiro.

José Ignácio, que falou ontem pela Comissão de Sistematização, afirmou que vai ser suprimida a figura do decurso de prazo, prevista no texto atual, que imitaria o Estado na posse da terra desapropriada para fins de reforma agrária, caso o Judiciário não se pronuncie sobre a desapropriação em noventa dias.

Segundo o senador, essa figura não existe em nenhuma legislação do mundo e, portanto, para aplicá-la no Brasil, teria que haver "uma arrumação, um casuismo". Para José Ignácio, até as 17h de hoje, prazo para a entrega do anteprojeto de Cabral, será encontrada uma solução visando substituir o decurso de prazo. Ele acha que a solução pode vir através da formulação de que "réu preso e reforma agrária têm prioridade sobre todos os processos".

O senador disse que o decurso de prazo foi atacado principalmente pelos setores à direita. Quanto às críticas da esquerda, José Ignácio acha que elas surgiram por falta de informação.

No último domingo, ao anunciar, após reunião em sua casa, que fora encontrada uma solução para a reforma agrária, o presidente do Congresso constituinte, Ulysses Guimarães (PMDB-SP), disse que a imissão da posse seria imediata em dois casos: com decisão favorável do

Reunião de relatores com o PFL será hoje

Da Sucursal de Brasília

A reunião entre o presidente do Congresso constituinte, deputado Ulysses Guimarães (PMDB-SP), o presidente da Comissão de Sistematização, senador Afonso Arinos (PFL-RJ), o relator da Comissão, deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), os relatores-adjuntos e a cúpula do PFL, para a busca de um acordo sobre o texto básico da Constituição, só ocorrerá hoje às 14h30. Marcada para a última segunda-feira às 19h, ela não pôde ser realizada por causa da morte de uma parenta do presidente do PFL, senador Marco Maciel (PE).

A reunião foi criticada pelo próprio líder do PFL na Câmara, José Lourenço (BA), direita, que disse existirem muitos temas pendentes para serem resolvidos num prazo tão pequeno —duas horas e meia antes que o anteprojeto seja entregue a Ulysses Guimarães.

juiz ou passados os noventa dias de prazo para apreciação, pelo Judiciário, sem que houvesse uma solução. Ulysses não falou sobre a terceira hipótese, que é a imissão da posse mesmo com decisão desfavorável do juiz. Nesse caso, o proprietário receberá a indenização em dinheiro, mas não recuperará sua terra.

O senador peemedebista, assim como fez Ulysses Guimarães no último domingo, também previu dificuldades para aprovação do texto sobre a reforma agrária no plenário do Congresso constituinte. Acha que o texto "é muito avançado e encontrará inúmeras reações".

A POSIÇÃO DOS GOVERNADORES

Acre	Bahia	Espírito Santo	Maranhão	Mato Grosso	Minas Gerais	Pará
Paraíba	Paraná	Piauí	Rio de Janeiro	Rio Grande do Norte	Rio Grande do Sul	São Paulo

Moreira quer manutenção do presidencialismo

Da Sucursal de Brasília

Depois de almoçar com o presidente José Sarney, em Brasília, o governador do Rio, Wellington Moreira Franco, 42, defendeu a manutenção do regime presidencialista, lançando mais uma vez a proposta de se realizar um plebiscito no caso de o Congresso constituinte aprovar o

parlamentarismo. A 29 de julho passado, no Rio, o governador já havia sugerido a realização do plebiscito, para definir o regime de governo a vigorar no país. Moreira Franco disse que não levou aquela proposta ao presidente durante o encontro.

O governador justificou sua posição dizendo que "desta forma, mais uma

vez, o povo decidirá sobre a forma de governo do país". Segundo ele, "a maioria do povo também tem a preferência presidencialista".

Segundo o deputado Paulo Ramos (PMDB-RJ), Moreira Franco veio a Brasília chamado pelo presidente Sarney, para discutir a situação criada no Rio pela guerra entre quadris e visando o controle do

tráfico de drogas no morro Dona Marta, na zona sul carioca.

O governador Orestes Quéricia, 49 —que participou das solenidades do Dia do Soldado, ontem, em Brasília—, também se manifestou favoravelmente ao presidencialismo. Ele chegou na noite de antontem, jantando na casa do deputado Ailton Sandoval (PMDB-SP).

O melhor programa para a sua viagem.

TURISMO

FOLHA DE S. PAULO
Um bom jornal todos os dias

QUANTOS FORAM AO PLENÁRIO ONTEM	
PRESENTES	AUSENTES
43 Congresso constituinte	516
Senado	não houve sessão
Câmara dos Deputados	não houve sessão
PRESENTES	AUSENTES
32 Assembléia Legislativa	52
19 Câmara Municipal	14